



DIREITO TRIBUTÁRIO

 **Estratégia**
OAB

IV – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO TRIBUTÁRIO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Estado Alfa aprovou uma lei publicada em 15 de outubro deste ano (data fictícia), por meio da qual instituiu o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre a propriedade de barcos, lanchas ou jetskis. De acordo com essa lei, que começará a produzir efeitos (eficácia da lei) a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua publicação, quando o novo imposto começará a incidir e ser exigidos, as alíquotas desse IPVA são progressivas, com base no valor venal do bem. Tício, indignado com essa cobrança, procura o seu escritório no mês de novembro do mesmo ano de publicação da lei e solicita a adoção de todas as medidas judiciais cabíveis para afastar a cobrança iminente. Como advogado(a) de Tício, considerando a iminência do fato gerador do IPVA que visa combater, que ocorrerá em 1º de janeiro do ano seguinte, e considerando que o seu cliente quer ver a Fazenda Pública condenada em honorários advocatícios, redija a peça processual adequada para afastar, imediatamente, a cobrança, garantindo, ainda, que Tício não figure como inadimplente junto ao Fisco Estadual.

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação (Valor: 5,0)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A pessoa jurídica Beta importa produtos industrializados e os revende no mercado interno brasileiro. Em razão dessas operações o Fisco Federal vem exigindo que ela recolha o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados no momento do desembaraço aduaneiro do produto industrializado importado e também no momento da saída do produto importado do seu estabelecimento, por ocasião da simples revenda, mesmo que não tenha havido processo de industrialização no Brasil. Inconformada, a pessoa jurídica Beta pretende ajuizar ação judicial para pleitear a restituição dos valores que entende terem sido indevidamente pagos a título de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados no momento da revenda dos produtos industrializados importados, pretendendo requerer, ainda, em sede de antecipação de tutela, a compensação dos valores objetos do pedido de repetição com outro débitos tributários que possui com o Fisco Federal. Com base nessa hipótese, responda aos itens a seguir:

A) A inexistência de operação de industrialização no Brasil no que tange aos produtos industrializados importados impede a cobrança do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados no momento da revenda pelo importador? (Valor: 0,65).

B) A compensação de tributo pago indevidamente pode ser requerida em sede de antecipação de tutela? (Valor: 0,60).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

O Prefeito do Município Gama sancionou lei que, aprovada pela Câmara de Vereadores, fixou nova base de cálculo para o IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana. A referida lei foi publicada no mês de dezembro de 2.020, estipulando sua aplicação (eficácia) a partir de 1º de janeiro de 2.021. Alex e Alexandre, irmãos e coproprietários de um apartamento localizado na área urbana do Município Gama, havido por herança, onde somente Alex reside com sua família, foram notificados do lançamento do IPTU do ano de 2.021, calculado com base na nova lei. Contudo, Alexandre entende que não deve figurar no polo passivo dessa obrigação tributária, já que não utiliza o bem, pelo fato de que somente Alex reside no imóvel com sua família. Alexandre entende, ainda, que a nova lei que fixou a base de cálculo do IPTU não respeitou o Princípio da Anterioridade Nonagesimal, o que torna a exigência inconstitucional. Com base nessa hipótese, responda aos itens a seguir:

A) A alegação de Alexandre, de que não deve figurar no polo passivo da obrigação tributária relativa ao IPTU, está correta? (Valor: 0,65)

B) A alegação de Alexandre, de que a exigência do IPTU é inconstitucional, devido à afronta ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal, está correta? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Uma construtora com sede e único estabelecimento no Município Alfa construiu um edifício em terreno localizado no território do Município Beta, onde a construtora não possui estabelecimento. O serviço foi contratado pela pessoa jurídica Zeta, que tem sede e estabelecimento no Município Ômega. Com base nessa hipótese, responda aos itens a seguir:

A) Qual Município detém competência tributária para exigir o ISS – Imposto sobre Serviço incidente sobre a prestação do serviço de construção civil? (Valor: 0,65)

B) Caso os Municípios Alfa e Beta resolvam cobrar o ISS pelo serviço de construção civil em questão, qual seria a medida judicial típica e mais adequada, nos termos da legislação, para evitar que o contribuinte pague o imposto em duplicidade e para garantir que ele pague corretamente ao Município competente? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Cláudio, que é domiciliado no Estado Alfa, possui ações representativas do capital social da pessoa jurídica XYZ, que tem sede no Estado Beta. Ocorre que Cláudio pretende doar parte dessa participação acionária ao seu filho Ricardo, domiciliado no Estado Gama. Com base nessa hipótese, responda aos itens a seguir:

A) Para qual Estado será devido o ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação incidente sobre a doação em questão? (Valor: 0,65).

B) O Estado que detém competência para instituir e cobrar o ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação poderá estabelecer alíquotas progressivas para esse imposto de acordo com o valor venal dos bens transmitidos? (Valor: 0,60).

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

